



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

## A GRANDE IMPRENSA E A CONSTITUIÇÃO DA HEGEMONIA ULTRALIBERAL NO BRASIL<sup>1</sup>

FRANCISCO FONSECA (PUC/SP e FGV/SP)

### INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO: O PAPEL DA GRANDE IMPRENSA

Dado ser a **imprensa** – notadamente a grande imprensa escrita – a instituição que, nas sociedades complexas, é capaz ao mesmo tempo de publicizar, universalizar e sintetizar as linhagens ideológicas, entendemos ser os seus principais órgãos nacionais – *Jornal do Brasil (JB)*, *O Globo (OG)*, *Folha de S. Paulo (FSP)* e *O Estado de S. Paulo (OESP)* – os instrumentos mais eficazes de representação ideológica nas sociedades contemporâneas. Afinal, as *trincheiras ideológicas* (ocupação das instituições produtoras de cultura, entendida como *visão de mundo*), no contexto de uma *guerra de posições* (busca do poder através da conquista cumulativa de espaços ideológicos no interior da cultura), são particularmente expressas nos jornais<sup>2</sup>. Estes, para além da clareza do poder ideológico que possuem, objetivam a veiculação de idéias que influenciem a chamada *opinião pública*<sup>3</sup>, os detentores do poder estatal, e ainda determinados segmentos sociais (dos quais, por vezes, são porta-vozes).

---

<sup>1</sup> Utilizaremos, neste trabalho, a expressão **ultraliberal**, em vez de neoliberal, devido à vulgarização deste segundo termo, que, desta forma, mais confunde do que esclarece. Como a própria grande imprensa se refere ao liberalismo de forma pouco criteriosa, a idéia de um ultraliberalismo revela-nos a radicalidade – no sentido da implementação de uma agenda bem determinada e em razão de seu *modus operandi* – com que os liberais do século XX atuaram com vistas à obtenção da hegemonia. Busca-se, com isso, um critério de diferenciação capaz de desvendar os meandros e artimanhas da contenda ideológica protagonizada pelos periódicos em foco. Por outro lado, este trabalho reflete conclusões de minha tese de doutoramento, intitulada *Divulgadores e vulgarizadores: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil*, defendida no Depto. de História da Universidade de São Paulo (2001), e que contou com o apoio do Núcleo de Pesquisas e Publicações (NPP) da FGV/SP.

<sup>2</sup> Como se sabe, “trincheiras ideológicas” e “guerra de posições” são conceitos elaborados por Antonio Gramsci como forma de compreender o papel das superestruturas ideológicas nas sociedades em que a sociedade civil é complexa e desenvolvida, sendo a dominação sofisticada e subliminar. Nesse sentido, o **referencial teórico** que adotamos tem como premissas que *consenso e hegemonia*, que são conceitos fundamentais à dominação, sobretudo em se tratando da imprensa, sendo que os mesmos encontram particularmente em Gramsci um aparato teórico/metodológico bastante sólido e eficaz.

<sup>3</sup> No que tange à expressão **opinião pública**, utilizada abundantemente pelos periódicos, que se colocam como representantes da mesma, descartamo-la enquanto categoria explicativa, pois “opinião pública” para os grandes jornais significa a “opinião” de seus leitores, isto é, cerca de 15 milhões (numa perspectiva superestimada) de pessoas num universo de 170 milhões de habitantes, isto é, as classes médias e proprietárias que lêem jornais no país – trata-se portanto de uma expressão absolutamente restritiva.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



**Note-se que a grande imprensa, concebida como ator político/ideológico, representa uma das instituições mais eficazes na inculcação de idéias no que tange a grupos estrategicamente reprodutores de opinião – constituídos pelos estratos médios e superiores da hierarquia social brasileira –, caracterizando-se (seus órgãos) como fundamentais *aparelhos privados de hegemonia* – isto é, entidades voltadas à propagação de idéias com vistas à obtenção da hegemonia. Para Gramsci, os *aparelhos privados de hegemonia* podem ser assim sintetizados:**

"(...) são organismos sociais 'privados', o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito [no contexto, portanto, de sua configuração *ampliada*, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo "ocidente" – FCPF]; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo 'privado' entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou 'contratual' – eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade." <sup>4</sup>

Por mais que a elaboração do jornal seja extremamente complexa, em razão da quantidade de pessoas envolvidas, da diversidade de temas, da velocidade e mutabilidade da informação e do próprio *processo de produção* jornalístico<sup>5</sup>, que se inicia de certa forma com as fontes/bastidores/reportagens e termina impresso nas páginas do periódico, dentre uma infinidade de outros aspectos, há no jornal um linha ideológica, um eixo que os editoriais expressam. A rígida hierarquia existente nos órgãos da grande imprensa demonstra claramente que, apesar dessa extrema complexidade, os donos do jornal possuem um amplo controle sobre o processo produtivo, e conseqüentemente sobre o produto final, as notícias, cada vez mais concebidas como mercadoria.

Assim, os jornais como **empresas capitalistas**, que, portanto, objetivam o lucro, são analisados por Max Weber, que afirma a necessidade de se observar a relação entre Capital e função ideológica, pois:

---

<sup>4</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaios*. São Paulo, Cortez, 1994, págs. 54 e55. Observe-se que esta perspectiva gramsciana distancia-se dos "aparelhos ideológicos de Estado", formulado por Louis Althusser, devido justamente à ausência de autonomia destes aparelhos em relação ao aparelho estatal. Cf. ALTHUSSER, Louis. *Idéologie et appareils idéologiques d'État*. Paris: Éditions Sociales, 1976.

<sup>5</sup> Para além do processo produtivo em si, a formação do *Grupo Folha* como amostra da constituição de um complexo empresarial de notícias é discutida por TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



“Se ha dicho que el obvio cambio de opinión de determinados diarios franceses (...) puede explicarse simplemente por el hecho de que el importante capital invertido de forma fija por estas modernas empresas periodísticas justifica el aumento de su nerviosismo, y las hace depender del público, al detectarse cualquier inquietud entre éste, que suele traducirse en la anulación de pedidos, resultando esta situación comercialmente insoportable. (...)”

“(...) Debemos preguntarnos: qué significa el desarrollo capitalista *en el interior* de la propia prensa para la posición sociológica de la prensa em general, para el papel que desempeña en la formación de la opinión pública?”<sup>6</sup>

Ora, o **papel empresarial da grande imprensa** torna-se distinto de seus similares de outros setores, pois, não bastasse a função de modelar a opinião, sua mercadoria – a notícia – está sujeita a variáveis mais complexas e sutis. O fato do capital fixo investido ser cada vez mais portentoso faz com que uma eventual perda de leitores e anunciantes cause verdadeiros estrondos nesta atividade “de risco” que é a produção de *informação*. O poder da imprensa implica, portanto, um instável equilíbrio entre formar opinião, receber as influências de seus leitores e de toda a gama de fornecedores e anunciantes, auferir lucro e atuar como aparelho privado de hegemonia. A inversão de capital fixo apontada por Weber é, dessa forma, um elemento-chave neste equilíbrio<sup>7</sup>.

Mas a analisar a imprensa como *aparelho privado de hegemonia* implica desnudar um discurso por excelência ideológico, **ideologia** aqui definida *como capacidade de universalização de interesses e visão de mundo particularistas, o que implica fundamentalmente um contínuo e sinuoso processo de ocultação da realidade*.

Concretamente, este trabalho coloca-se diante da perspectiva do *embate ideológico com vistas à obtenção de uma dada hegemonia*, ou, em outras palavras, da condução

---

<sup>6</sup> WEBER, Max. “*Para una Sociología de la Prensa*” In *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 57, jan-mar./1992, pág. 255, ênfases do autor. Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid. É interessante observar que este texto, resultado de uma palestra proferida em 1910, já sinalizava grandes problemas sobre o caráter da imprensa, sinalizações estas que, do ponto de vista do duplo papel dos jornais, são confluentes à perspectiva de Gramsci.

<sup>7</sup> Este trabalho, assim como a tese que o originou, privilegia os **editoriais**, pois representam tanto a posição oficial como a linha ideológico/editorial de conduta, e, por isso, serão os alvos principais de nossa análise. Por outro lado, o jornal, particularmente através do editorial, é canal de expressão de determinados setores – no caso da grande imprensa, sobretudo as **camadas médias** e o **Capital**. Trata-se, portanto, de uma relação dialética, compreensível somente através da observação sistemática do processo histórico e do posicionamento dos jornais perante o mesmo.

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



(*direção*) do movimento que o produz. Tal embate representa o cerne da questão da substituição da **agenda político/econômica** – isto é, do desenvolvimentismo ao neoliberalismo – , como deixam claras as obras dos autores ultraliberais, como Von Mises, Von Hayek, Milton Friedman, entre outros (no caso, no campo oposto ao representado por Gramsci). O que implica, por seu turno, compreender a relação entre a imprensa e seus receptores, isto é, os leitores, o que, para Gramsci, implicaria a simultaneidade do caráter ideológico e o econômico do leitor (receptor), pois ambos crucialmente necessários aos periódicos. Assim, acreditamos estar a grande imprensa estruturada como: a) *aparelho privado de hegemonia*, b) empresa capitalista, e c) ator político/ideológico (por vezes assemelhado a um partido político). Esta tripla caracterização pode implicar, *em determinadas circunstâncias*, uma certa tensão e/ou contradição ao jornal, pois eventualmente seus interesses empresariais podem chocar-se, por exemplo, com sua atuação ideológica.

Observe-se, contudo, que o tema da circulação das idéias, ao qual a imprensa possui um papel central, é por excelência um tema complexo, o que faz com que a grande imprensa procure *disponibilizar uma ideologia* ao cidadão comum, através de uma linguagem simples. Esta, por vezes assume o caráter de *vulgarização* – isto é, a extrema simplificação, normalmente dicotômica, com vistas à *divulgação*, portanto sem mediações, de problemas via de regra altamente complexos.

Assim, o ultraliberalismo, que resistiu defensivamente por mais de quatro décadas à hegemonia keynesiana, utilizou-se de todos os meios possíveis até conseguir suplantá-la, acarretando, com isso, pretensões ufanistas, tais como o "fim da história".

## **A GRANDE CONTENDA DO SÉCULO XX E AS TRANSFORMAÇÕES NO MODELO DE ACUMULAÇÃO**

Dentre outras contendas relevantes ocorridas no século XX, note-se que as proposições “intervencionistas” tiveram nos neoliberais uma forte oposição. Pode-se sintetizá-la no embate entre o keynesianismo e o ultraliberalismo de Hayek.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Quanto ao keynesianismo, intrinsecamente articulado à sua teoria econômica, deve-se considerar o âmbito político (que, a rigor, vincula-se à economia política) para adentrar à atuação no Estado, isto é, compreender a esfera estatal enquanto *locus* de manejo de políticas macroeconômicas. Dessa forma, o keynesianismo implica uma dupla revolução: na **teoria econômica**, ao subverter as antigas crenças na capacidade panacéica do mercado, e na **ação política**, ao propiciar um programa de ação estatal estruturado em pressupostos teóricos sistêmicos. Note-se, contudo, que tanto as condições materiais – necessidade de reconstrução das economias destruídas pela guerra – como os temores em relação ao socialismo, que se apresentava claramente como uma alternativa real ao capitalismo, serviram de mote ao “consenso keynesiano” que se formaria.

Este consenso quanto à presença ativa do Estado tornou-se praticamente universal, pois, tanto os países centrais como os periféricos do capitalismo, apesar de estarem em situações econômicas estruturalmente diversas, tiveram no aparato estatal o agente central de indução ao desenvolvimento e à justiça social.

No Brasil, assim como em diversos outros países, o chamado modelo “nacional desenvolvimentista” teve no Estado o agente que, além planejar, proteger e subsidiar o capital nacional e regular e induzir o desenvolvimento, participava do mesmo através de atividades empresariais; em outras palavras, surgira o Estado-empresário, para horror dos ultraliberais nacionais<sup>8</sup>.

O processo até aqui analisado confluiu, no pós-2<sup>a</sup> guerra, para a emergência de um **novo modelo internacional de acumulação econômica e de regulação político/ideológica**. Em outras palavras, a agenda política e econômica existente em nível internacional, sobretudo a partir de 1945, permanece expressando a desconfiança no “mercado-livre”, além de incorporar a demanda por justiça social e por um papel ativo do Estado – seja como indutor do desenvolvimento, seja como distribuidor da riqueza produzida, seja ainda como intermediador das relações sociais. Houve, portanto, uma nova configuração, isto é, aquilo que se pode chamar de *modelo*

---

8 Nos anos 40, a contenda entre intervencionistas e liberais fora personificada respectivamente por Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. O primeiro – um keynesiano antes de Keynes – concebia a intervenção e o planejamento estatais como forma de possibilitar o desenvolvimento. Já Gudin – um hayekiano adepto das teses ultraliberais – arguia contra o hipertrofia do poder Executivo. Nesse contexto, referência obrigatória foi a Cepal que, a partir dos anos 50, problematizara sobre as formas como a assimétrica relação entre os países centrais e os periféricos do sistema capitalista obstava o desenvolvimento econômico. Por seu turno, nos anos 60 erigem-se esforços para compreender a histórica assimetria entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o que implicou a tentativa de constituição de uma Teoria da Dependência, que também critica a crença no “livre-mercado”. Mesmo quando os militares tomam o poder, em 1964, o discurso fortemente anticomunista das Forças Armadas não representou uma ruptura com o **vetor estatal de desenvolvimento** na economia.

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



*fordista/keynesiano*<sup>9</sup>. Este que, em outras palavras, rearticulou a *maneira de produzir ao papel ativo do Estado*, tornando-se hegemônico por décadas em quase todos os países capitalistas (embora com distinções importantes), no contexto de uma nova ordem internacional, pois baseado: na *acumulação fordista*; na *relação capital/trabalho regulada* de forma corporativa pelo Estado; na *intervenção estatal* (na economia e na sociedade). Tal intervenção personificou-se na social democracia (keynesiana) na Europa, no desenvolvimentismo no terceiro mundo, e no socialismo (este, já partir de 1917), sobretudo no leste europeu; e, por fim, na *ordem internacional estruturada na divisão do mundo em dois grandes blocos (guerra fria)*.

Dessa forma, no âmbito capitalista, apesar da assimetria de poder entre os países centrais e periféricos assim como a presença ou não da democracia liberal nuns e noutros, o *modelo de acumulação* e de *regulação ideológica* possuíra elementos comuns, vinculados fundamentalmente à presença ativa do Estado.

O liberalismo, portanto, notadamente no pós-guerra, consolidara seu brusco declínio. É justamente neste momento que a resistência ultra (ou neo)liberal, se articula. Aqui, os inimigos dos (ultra)liberais não poderiam ser os mesmos de seus precursores no século XVIII; agora, a hostilidade ultraliberal seria voltada justamente contra a burocracia estatal, o planejamento, o Estado de bem-estar, o “nacional-desenvolvimentismo” ou, em outras palavras, o intervencionismo. O socialismo, é claro, enquanto idéia e práxis, especialmente enquanto fora ativo, seria o outro grande inimigo a ser derrotado. Vejamos, então, como os ultraliberais resistiriam ao intervencionismo presente no século XX.

#### *A CRISE DOS ANOS 70 E A ASCENSÃO DO ULTRALIBERALISMO*

O modelo fordista/keynesiano fora destronado em meados dos anos 70, a partir sobretudo dos dois “choques do petróleo” – em 1973 e 1979 –, que aumentaram sobremaneira o preço do barril, mantido a preços baixos desde o pós-guerra, gerando alta inflação e outras “disfuncionalidades” à economia. Antes disso, porém, já em 1971 o presidente dos EUA, Richard Nixon, proibira a convertibilidade ouro/dólar que, além de desmontar a estrutura de *Bretton Woods*, sinalizara o que estaria por vir: *o surgimento de um poderoso e inédito mercado financeiro*, cada vez menos lastreado na produção. Uma espécie de “capitalismo de cassino”, segundo expressão já usual, fora aos poucos se consolidando, através dos mercados de *derivativos, futuros* e de *opções*,

---

<sup>9</sup> Baseamo-nos aqui na importante análise de HARVEY, David. *A Condição Pós Moderna*. R. de Janeiro, Campus, 1992.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



entre outros, a ponto de, em 1999, circular cerca de 1 trilhão e 300 bilhões de dólares *diariamente* nesses mercados financeiros em todo o mundo. Esta circulação financeira, verdadeira especulação *virtual*, somente tornou-se possível graças à criação de mecanismos informacionais que, além de compactarem o tempo e o espaço, rompendo certos limites das fronteiras nacionais, possibilitaram um crescimento inédito de capitais especulativos. Estes tornaram-se vorazes por moedas, ações e toda sorte de ativos voláteis – e incertos, diga-se –, destruindo economias num apertar de teclas.

É nesse contexto de profunda desestruturação da ordem econômica do pós-guerra, portanto, que devemos compreender a referida ampliação da audiência à retórica ultraliberal. Mas os novos mercados/capitais financeiros representam apenas parte de algo maior, que, de modo geral, pode ser denominado como **modelo de acumulação flexível**. Vejamos suas bases para que, desta forma, possamos compreender a estrutura econômica a qual os ultraliberais puderam tornar-se hegemônicos. Tal reversão vem significando uma nova conformação econômico/social e político/ideológica, e confluí, como veremos, à **hegemonia (ultra)liberal**. De forma panorâmica, os fatores estruturais, em termos do modelo de acumulação, que contribuíram sobremaneira para a substituição da Agenda e da hegemonia vigentes desde o pós-guerra – e que são decisivos para os objetivos deste trabalho – dizem respeito, entre outros: a) à reestruturação produtiva, paulatinamente tornada **flexível**, em todos os âmbitos da cadeia produtiva; b) à transformação da ordem internacional, em razão do ocaso do socialismo e o fim da guerra-fria; c) à maior interdependência das economias nacionais, viabilizada através da desproteção ao capital nacional. Apesar da assimetria entre os diversos países, o tema da *abertura econômica* vem ocupando a Agenda internacional desde o início dos anos 80.

O modelo de acumulação flexível fora, portanto, o contexto econômico para importantes transformações políticas que se verificaram a partir do final dos anos 70. Trata-se da referida ascensão ao poder de agrupamentos políticos perfilhados – não sem contradições – ao ultraliberalismo. Especialmente M. Thatcher (1979), na Grã Bretanha, e R. Reagan (1980), nos EUA, comandaram uma verdadeira guerra ideológica no sentido de espriar “reformas orientadas para o mercado”.



Quanto à América Latina, o programa desenvolvido em 1989 pelo chamado “Consenso de Washington” – constituído sob a coordenação dos EUA – representou basicamente um modelo a ser seguido pelos países latinos, através, dentre outros pontos: da disciplina fiscal; da rigidez nos gastos públicos; da liberalização financeira, cambial e comercial; da ênfase no investimento do capital estrangeiro; da privatização; desregulação da economia; e da aprovação/reconhecimento da lei das patentes (propriedade intelectual).

Como conseqüência das transformações do modelo de acumulação assim como da propagação ideológica e das assimetrias do poder internacional, as instituições multilaterais (tais como o FMI, o Bird, o BID, a OMC) contribuíram decisivamente para a reformulação da ordem econômica internacional – informadas, enfatize-se, pelos interesses dominantes dos países centrais, sobretudo dos EUA. Daí a expressão “globalização” ter adquirido ampla notoriedade, querendo, pois, supostamente significar a supressão de fronteiras econômicas, a total separação entre o capital nacional e o Estado-Nação, e a autonomia dos capitais (produtivos e sobretudo especulativos) sem a correspondente capacidade de controle por parte dos Estados nacionais. Em verdade, estas supostas características correspondem em grande medida a um **mito convenientemente** criado, sobretudo a partir dos EUA, como forma de abrir mercados protegidos desde os anos 30 ou 40 na maior parte dos países<sup>10</sup>.

Por outro lado, o tema da reforma dos Estados nacionais ocupa papel-chave na Agenda internacional, caracterizando-se, paradigmaticamente como aludimos, como “reformas orientadas para o mercado”, à luz, portanto, da hegemonia ultraliberal, impelidora de um modelo a ser aplicado por (quase) todos.

Portanto, a atuação do **movimento ultraliberal** é decisiva ao surgimento do modelo de acumulação flexível, pois fora, paulatinamente, conquistando *corações e mentes*. Afinal, *estrutura produtiva* e *discurso ideológico* se retroalimentam, influenciando-se mutuamente, tendo conseguido portanto transformar a Agenda e a hegemonia (intervencionistas) erigidas sobretudo no após-2<sup>a</sup> guerra. Em outras palavras, a proteção estatal no que tange aos direitos sociais e políticos dos

---

<sup>10</sup> Apoiamo-nos aqui em HIRST, Paul, e THOMPSON, Grahame. *Globalization in Question*, 1996.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



trabalhadores, conquistada a partir de acontecimentos como a grande depressão, as duas guerras mundiais e o espectro revolucionário, dentre outros eventos, vem paulatinamente regredindo

Nesse contexto de resistência, paulatinamente os ultraliberais foram criando e se apropriando de instituições que funcionam como *aparelhos privados de hegemonia*, entre os quais a grande imprensa de diversos países. As idéias-chave – personificadas em propostas e programas de governo –, desenvolvidas pelos intelectuais ultraliberais, podem ser assim *tipificadas*: precedência da esfera privada (o indivíduo *livre no mercado*) sobre a esfera pública; máxima desestatização da economia, privatizando-se todas as empresas estatais; desproteção aos capitais nacionais; desmontagem do Estado de bem-estar social, pois concebido (e estigmatizado) como ineficaz, ineficiente, perdulário, injusto/ autoritário; forte pressão pela quebra do pacto corporativo entre Capital e Trabalho, em nome da liberdade de escolha individual e da soberania do consumidor; desregulamentação e desregulação da produção, da circulação dos bens e serviços, do mercado financeiro e das relações de trabalho; ênfase nas virtudes do *livre-mercado* como instrumento prodigioso por aumentar a riqueza, gerando em consequência uma *natural* distribuição de renda, em razão do aumento da produtividade; aceitação da democracia apenas e tão-somente se possibilitadora do mercado livre e da liberdade individual; crença de que o Estado interventor é, *intrinsecamente*, produtor de inúmeras crises: fiscal, burocrática, de produtividade, entre outras; ênfase nas mínimas, porém importantes, funções do **Estado**, que deveria possuir os papéis garantir: a) a ordem e a paz; b) a propriedade privada; c) os contratos livremente elaborados entre os indivíduos; d) o livre-mercado, através da proibição de práticas anti-concorrenciais; e) a elaboração de “normas gerais e abstratas”; e f) a desregulamentação, desregulação e flexibilização dos mercados (de capitais, produtivo e de trabalho).

Estes pontos constituem uma verdadeira **Agenda de reformas**, propugnada principalmente pelos *think-tanks* e transmitidas pelos *aparelhos privados de hegemonia*. É este o cenário do final do século XX, ao qual a grande imprensa



brasileira será instada a se colocar, pois tanto sua própria atividade empresarial como a economia política do capitalismo brasileiro estavam em questão.

Vejamos, então, como os quatro principais órgãos da grande imprensa brasileira se colocaram perante este embate.

Para o – doutrinariamente liberal – *Jornal do Brasi (JB)*, a clareza da luta ideológica se expressa de forma perene, tal como o editorial a seguir demonstra cristalinamente:

“O fenômeno do thatcherismo transcende as fronteiras inglesas. É um dos traços mais característicos de um movimento que começa a dominar o atual fim de século e a inverter hábitos mentais e de comportamentos.

“Em meados do século (marcadamente nos anos 40), o keynesianismo deu respeitabilidade a formas novas de intervenção do Estado na economia – formas mais sutis do que o intervencionismo total e explícito inspirado no marxismo. Com Keynes, era possível ser inteligente defendendo intervenções localizadas e sofisticadas do Estado na economia de mercado. O Estado empunhava a bandeira da justiça social: marcaria presença sempre que fosse necessário corrigir *distorções* na economia.

“Isso gerou algumas décadas de ‘estatismo esclarecido’. (...)”

“A ‘revolução’ do thatcherismo põe em questão os efeitos desse movimento. Onde cada vez mais pessoas se colocam sob a proteção do Estado, o incentivo de crescer e produzir diminui pouco a pouco. (...) para exercer funções sempre crescentes, o Estado é obrigado a estabelecer (...) uma burocracia cada vez mais numerosa. (...) a manutenção dessa burocracia custa mais caro do que os eventuais benefícios que ela possa estar prestando. (...)”

“É um fenômeno mundial [a reversão do modelo intervencionista – FCPF] (...) Resta saber de que modo um país como o Brasil, sufocado por um estatismo abrangente, encontrará maneiras de viver, nesse terreno, a sua própria época. Dobram os sinos para a elefantíase do Estado. Quem não acordar para isso pode intitular-se ‘progressista’, mas estará apenas repisando chavões antiquados.” (*JB*, editorial, 13/06/87, ênfases do jornal, grifos nossos)

Esta passagem sintetiza portanto não apenas a consciência acerca da grande contenda mundial que antagonizara liberalismo *versus* intervenção, como demonstra como o jornal estava aparelhado para tentar vencê-la. O viés crítico sobre os Estados europeus de bem-estar, ao lado dos contínuos e intensos aplausos ao ultraliberalismo de



Thatcher são indicativos da grande batalha a qual o *Jornal do Brasil*<sup>11</sup> se envolveu durante toda a transição democrática e mesmo depois desta.

Em relação ao – historicamente governista – *O Globo (OG)*, o tema da proteção ao Capital nacional – apoiado no Governo Sarney – passou progressivamente por uma revisão, sobretudo em virtude da discussão da Ordem Econômica na Constituinte. O jornal dirá que restringir a participação do **Capital estrangeiro** no país, diferenciando-o do nativo, implicaria “Restrição ao interesse nacional”, título de um editorial crítico e irônico à decisão diferenciadora da Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte, pois:

“A definição extremamente restritiva de empresa nacional (...) não pode ter sido inspirada em propósito que mereça o nome de nacionalista, de tão contrária que é ao mais urgente interesse nacional, o do nosso desenvolvimento econômico e social. (...) Afinal, o mundo inteiro sabe hoje que os períodos de crescimento interno generalizado coincidem historicamente com as fases de mais livre e dinâmico comércio externo (...)” (*OG*, editorial, 24/11/87).

Assim, o Capital exterior será requerido e justificado – na verdade, pela grande imprensa como um todo –, pois apontará seja razões de princípio (adesão ao liberalismo), pragmáticas (ausência de poupança nacional), históricas (a onda inescapável das reformas liberais) ou tecnológicas (a crença de que os capitais forâneos atualizariam tecnologicamente o parque produtivo do país), dentre outras. Assim, *O Globo* – através de um discurso único e reiterativo – rejeita os argumentos dos que querem a proteção, pois: “Todas as propostas estatizantes em curso na Constituinte douram-se de progressistas, de bandeiras de esquerda, de socialistas. *Pouco importando, na atribuição do qualificativo de progressista, se apresentam um avanço ou recuo da realidade brasileira contemporânea (...)*” (*OG*, editorial, 08/06/87, ênfases nossas). A disjuntiva entre “progresso” e “estatização” aproxima o jornal de seus congêneres doutrinários (isto é, o *JB* e *OESP*).

---

<sup>11</sup> É curioso observar que, embora mantivesse um forte discurso privatista e ultraliberal, o *JB*, durante as comemorações de seu centenário, em 1991, fez como toda a grande imprensa – de todos os perfis – e convidou especialmente as principais autoridades municipais, estaduais e federais para os festejos. Este fato simbólico significa que a alegada independência em relação ao Estado não resiste, no que tange aos órgãos de comunicação, à proximidade ao poder do Estado.

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



Quanto à – ideologicamente volátil – *Folha de S. Paulo (FSP)*, zelosa pelo seguimento às “tendências internacionais”: “Um mínimo de sensibilidade às *tendências da opinião pública*, (...) bastaria aos constituintes para decidir de modo a não sacrificar, com algumas frases de efeito e restrições legislativas arbitrárias, os *interesses pragmáticos do país*.” (FSP, editorial, 18/04/87, ênfases nossas). O pragmatismo referido implica a rejeição a que se adotem princípios ideológicos. Pragmatismo é, pois, para o jornal, antítese de ideologia e, mais ainda, algo voltado àquilo que se concebe como “bem comum”, pode-se inferir, na medida em que o “país” sairia ganhando.

Deve-se ressaltar, contudo, que em plena era de ascensão de grupos portadores de bandeiras ideológicas de estirpe ultraliberal – casos de Thatcher e Reagan, entre outros – e, mais ainda, de efetivas reformas informadas por esta ideologia, propugnar pragmatismo em detrimento de valores ideológicos parece algo pouco crível. Afinal, se a própria FSP não se cansou de apontar as **tendências internacionais pró-mercado**, e, sendo tais tendências parcialmente resultantes deste discurso ideológico, é claro que as mesmas seriam claramente ultraliberais, reconheça ou não o jornal. A maneira incisiva com que retrata este movimento leva-nos a concluir que a FSP pode – como os diversos indícios apontam – não aderir ao programa e valores ultraliberais como um todo, mas aceita integralmente, sem questionar, o **sentido** deste movimento. É isso que se depreende de seus argumentos, tais como esgrimidos em editorial denominado “Economia e privatização”:

“Não é novidade que os países ocidentais de maior desenvolvimento atravessam um período de valorização do papel da economia privada e de refluxo do Estado-empresário. Esse verdadeiro processo de retomada da iniciativa particular sequer se limita aos governos baseados em forças conservadoras. (...) Não faltam, assim, exemplos de países que escolheram a alternativa privatista; *não faltam resultados extremamente favoráveis obtidos por políticas amplas de transferência das empresas governamentais para a sociedade*.

“São casos que não podem ser desprezados pelas economias excessivamente estatizadas (...)” (FSP, editorial, 15/06/87, ênfases nossas)

Como se observa, é difícil dizer-se não influenciado pela ideologia hegemônica, por mais que não se concorde inteiramente com a mesma, pois justamente as tão propaladas “tendências internacionais” nada mais representam do que a progressiva



instauração, nos mais diversos quadrantes, da configuração de um Estado *aproximadamente* (ultra)liberal<sup>12</sup>.

Por fim, em no que tange ao – liberal/positivista – *O Estado de S. Paulo (OESP)*, que leva ao paroxismo a comparação – normalmente descontextualizada – entre países que obtiveram sucesso e os que fracassaram, o Brasil deveria optar por qual modelo seguir. Por isso, em forma de pares antitéticos exagera ao dizer que seremos ou Moçambique ou Japão, pois as definições do Congresso Constituinte acerca de temas econômicos a serem inseridos na futura Constituição nos levariam a um ou outro modelo:

“A definição do Brasil pela modernidade ou pelo atraso dar-se-á a partir desta semana. (...) se na (...) Constituinte forem aprovados os textos do projeto da Comissão de Sistematização referentes à definição de empresa nacional, à presença do capital estrangeiro no País, ao monopólio estatal sobre a produção, distribuição e transporte de petróleo (...) à reforma agrária.

“É o futuro do Brasil que está em jogo – vale dizer, o futuro das gerações futuras que correm o risco, a prevalecer o nacionalismo exaltado, de não ter as condições indispensáveis a usufruir dos resultados da moderna tecnologia. (...) É por isso que se pode dizer que o que está sendo decidido é se o Brasil será Moçambique ou Japão” (*OESP*, editorial, 26/04/88)

É evidente que a associação imagética do Brasil a Moçambique é forjada, pois, tanto o desenvolvimento iniciado no Brasil desde 1930 como a inserção do país no sistema internacional (havida, a rigor, desde a Colônia), além do grau de diversidade econômica existente, tornam tal comparação totalmente desprovida de significado. A estratégia implica enxergar apontar os “descaminhos” do Brasil, mesmo que a realidade contradite as assertivas realizadas. Assim, *OESP* expõe os exemplos internacionais como forma de, ostensiva e reiteradamente, compará-los ao Brasil. Note-se que os exemplos citados encontrar-se-iam em todos os quadrantes, não sendo portanto

---

<sup>12</sup> Falamos em Estado “aproximadamente” ultraliberal em razão do programa, como um todo, desta doutrina, jamais ter sido integralmente implementado, como discutimos anteriormente. Mais ainda, sobretudo nos países em que o Estado de bem-estar social fincou raízes históricas houve resistências dos setores sociais organizados e dependentes da seguridade do Estado, pois conseguiram manter certos níveis de investimento social estatal.

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



privilégio de um continente.

Procura-se, dessa forma, conquistar uma nova hegemonia ideológica, assim como influenciar o poder decisório, isto é, o Executivo e o Congresso Constituinte, e mesmo o meio empresarial. As experiências internacionais, portanto, seriam cruciais para o Brasil abrir os olhos para a “modernidade”<sup>13</sup>. Daí inclusive o autoritário Chile do Gal. Pinochet também ser considerado um modelo no que tange às reformas econômicas, e válido apesar do autoritarismo do regime. Para provar tal tese, o jornal utilizou-se do expediente de *reportagens especiais*, que, ademais, queriam demonstrar um lado “pouco conhecido” do regime chileno: a economia liberal lá vigente desde o golpe militar em 1973. Esta face liberal do regime na arena econômica será considerada extremamente positiva:

*“(...) até aqui envolta em sombras graças também à ação das patrulhas ideológicas que se movem no Continente e influenciam fortemente o discurso de largos setores da imprensa. A exposição desse outro lado (...) permite contemplar a boa saúde da economia nacional, batida por ventos favoráveis que a vão distanciando dos demais países da América Latina, atormentados por crises endêmicas, pelo crescente endividamento externo e pelo fantasma da hiperinflação.*

*“Esses estimulantes resultados decorrem da coerente firmeza com que vem sendo executada uma política econômica adotada ainda em 1973, e desde então, mantida a todo custo em seus caracteres essenciais. Um deles é a crença na eficácia da economia de mercado, conjugada com a certeza de que o peso da máquina do Estado deveria ser reduzido a seu limite mínimo.*

*“O Brasil, por exemplo, só teria a aprender se olhasse sem preconceitos um país que, se ainda é o Chile de Pinochet, já é também o Chile da economia de mercado e do Estado moderno.”(OESP, editorial, 14/08/88, ênfases nossas)*

Esta passagem é reveladora em pelo menos dois aspectos: o primeiro diz respeito à absoluta clareza de *OESP* quanto à contenda ideológica travada no mundo e sobretudo no Brasil, tendo em vista tanto a elaboração da nova Constituição como a eleição presidencial. Portanto, procurara obter uma nova hegemonia em meio à disputa pela implementação de um projeto pós-transição. Daí a explícita referência à imprensa

---

<sup>13</sup> Como se observa, assim como “opinião pública”, “nação”, “patriotismo”, “soberania”, entre outras, a expressão “modernidade” mais encobre do que revela, pois para cada uma destas expressões universalizantes cada corrente ideológica pode preenchê-la com conteúdos radicalmente diferentes, chegando mesmo a interpretações antitéticas. Reitere-se ser esta uma prática de toda a grande imprensa.

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



que, segundo *OESP*, estaria submetida à hegemonia do que chamara, pejorativamente, inúmeras vezes, de visão “esquerdoide nacionalisteira”<sup>14</sup>.

O segundo e mais importante aspecto refere-se à *concepção de democracia*. Afinal, como expusemos anteriormente, para o jornal a economia de mercado é pressuposto para a existência da liberdade e sobretudo da democracia. Ora, o que o exemplo acima do sanguinário (em termos literais) regime Pinochet revela é que, para *OESP*, a liberdade de mercado não tem como consequência necessária a democracia. Em outras palavras, o mercado parece conter a essência da (concepção de) liberdade. Logo, se puder haver liberdade de mercado conjugada com a democracia (pensada em termos estritamente político/institucionais) tanto melhor. Se não, o quesito “liberdade de mercado” seria suficiente – até onde pode-se inferir – para se considerar um regime adequado *democrático*. No limite, parece preferível um país ser “livre” economicamente e autoritário politicamente do que o inverso.

### À GUIA DE CONCLUSÃO

Em virtude da imensa semelhança do *modus operandi* dos jornais em foco – embora com perfis e particularidades importantes –, deve-se ressaltar que procurou-se compreender o sinuoso caminho da grande imprensa, sobretudo na “Nova República”. O quarteto interpretou a “**onda neoliberal**” de forma peculiar, mas teve como fio condutor a tentativa de estabelecer uma nova hegemonia, em que a esfera privada obtivesse a precedência em relação ao Estado, o Capital sobre o Trabalho, e o liberalismo – ao estilo de cada um – a primazia político/ideológico/cultural. Para tanto, os exemplos internacionais foram magistralmente utilizados como forma de demonstrar a vitória do capitalismo liberal.

Por trás da “informação” que afirmaram reportar, escondem-se jornais ideológicos, com objetivos muito bem definidos enquanto atores políticos, aparelhos

---

<sup>14</sup> É destituído de sentido a contrariedade declarada de *OESP* para com seus pares da imprensa, pois toda ela, como vimos, com maior ou menor ênfase adota os mesmos pressupostos e imagens e possui projetos muito semelhantes ao do periódico em foco. Não bastasse a unanimidade na grande imprensa, *OESP* parece querer o fechamento de todo e qualquer espaço aos “atrasados” que se opõem ao projeto liberal, infere-se.

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



privados de hegemonia, partidos políticos (em certos momentos) e empresas capitalistas.

Por isso, quando dos trabalhos constituintes em que sobretudo o conceito de empresa nacional, assim como do papel do Estado na economia, foram discutidos, os quatro jornais bateram-se por uma Constituição enxuta e que **fundamentalmente não distinguisse o capital nacional do estrangeiro**. A rigor, durante todo o período de elaboração da nova Constituição os jornais procuraram influir nos debates constituintes através da construção de argumentos e imagens fortes quanto aos efeitos maléficis de uma economia em que o Estado participasse das relações produtivas, valorizando-se portanto o mercado. As contradições quanto aos países considerados liberais ou em fase de liberalização permaneceram obnubiladas, demonstrando com isso a economia política pregada pelos periódicos.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. *Idéologie et appareils idéologiques d'État*. Paris: Éd. Sociales, 1976.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. R. de Janeiro, Contraponto, 1996.
- BRUNHOFF, Suzane de. *A Hora do Mercado: Crítica do Liberalismo*. SP, Unesp, 1991.
- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino - Imprensa e Ideologia: o Jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo, Alfa-Omega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. SP, Contexto/Edusp, 1988.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaio*. São Paulo, Cortez, 1994.
- EAGLETON, Terry. *Ideology, An Introduction*. Oxford, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. R. de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- de Janeiro, IPEA/INPES, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civ. Bras., 2001 (5 volumes)
- HARVEY, David. *A Condição Pós Moderna*. R. de Janeiro, Campus, 1992.
- HERSCOVICI, Alain. *Economia da Cultura e da Comunicação*. Vitória, Fund. C. A. Almeida, 1995.
- HIRST, Paul, e THOMPSON, Grahame. *Globalization in Question*, 1996.
- MORAES, Reginaldo C. C. de. *Planejamento: Democracia ou Ditadura? – Intelectuais e Reformas Sócio-Econômicas no Pós-Guerra*. Tese de Doutorado, Depto. de Filosofia, FFLCH-USP, 1987.
- SANTOS, W. Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*, R. de Janeiro, Campus, 1987.

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

THERBORN, Göran. "A Crise e o Futuro do Capitalismo " In SADER, E et. al (orgs.) *Pós-Neoliberalismo*, Rio de Janeiro, Ática, 1992.

WEBER, Max. "Para una Sociologia de la Prensa" In *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº57, jan-mar/1992, Madrid, C. de Investigs. Sociológicas.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

## RESUMO

O trabalho procura analisar o papel da grande imprensa (através dos editoriais dos quatro principais periódicos nacionais, isto é, o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, a *Folha de S. Paulo* e o jornal *O Estado de S. Paulo*) como aparelho privado de hegemonia, como empresa capitalista e como representante do Capital Global num contexto duplamente importante à sociedade brasileira: a elaboração da nova Constituição durante a chamada “Nova República” e a “onda neoliberal” que varreu o mundo nas décadas de 1980 e 1990.

Concluiu-se que a grande imprensa aderiu à hegemonia ultraliberal, contribuindo para sua constituição, através da elaboração de imagens dicotômicas e de argumentos simplistas, denotando, assim, sua vinculação ao capital estrangeiro, seu forte caráter patronal e seu descompromisso com a democratização da sociedade brasileira.

## PALAVRAS-CHAVE

Imprensa, ultraliberalismo, hegemonia.